

Carta à Secretaria Municipal de Educação (SME) de Campinas/SP: diálogo, negociações e retorno seguro à Educação presencial

Prezado Sr. Secretário de Educação
Prof. José Tadeu Jorge

Primeiramente, desejamos que esteja bem e com saúde, inclusive para prosseguirmos trabalhando conjuntamente numa Educação cada vez mais democrática, com um retorno o mais seguro possível, para todas as pessoas envolvidas, às atividades presenciais nas escolas de Campinas.

Fomos informad@s, inicialmente por uma *live* no Facebook no dia 1º de abril e, posteriormente, pelo DECRETO Nº 21.438 de 09 de abril de 2021, que o prefeito facultou a retomada de atividades presenciais nas Unidades Educacionais (UEs) de Ensino Fundamental e nas de Educação Infantil de Campinas, respectivamente a partir de 26 e de 03/05/21.

Tod@s nós, educadores, desejamos o retorno às atividades presenciais nas escolas, porém, como sabemos, o poder público precisa agir em acordo com o que orientam as principais agências sanitárias, brasileiras e internacionais, e com essas últimas afirmamos que, para um retorno mais seguro é necessário analisar o contexto epidemiológico, as reais condições de infraestrutura das UEs e a viabilidade prática, junto à educação formal, dos protocolos de segurança sanitária recomendados pelas autoridades locais e por especialistas do mundo inteiro, em relação com as condições de vida de toda a população da cidade, incluindo, obviamente, a parte que compõe as comunidades escolares.

As recomendações de cientistas e de instituições científicas e sanitárias, como a Fiocruz, indicam que para as escolas retomarem o trabalho pedagógico presencial com mais segurança é imprescindível manter a pandemia sob controle, com baixa taxa de contágio pelo novo coronavírus e acentuada queda de internações e mortes em relação à realidade atual. No entanto, quando analisamos os dados epidemiológicos em Campinas observamos indicativos óbvios da insegurança para o retorno nesse momento. Enumeremos alguns dados:

1. Campinas tem taxa de incidência e de mortalidade por Covid-19 mais alta do que a da cidade de São Paulo, do Estado e do país;
2. Dos sete indicadores elencados pelos cientistas da FIOCRUZ nas recomendações e apontados como essenciais para retorno às atividades escolares¹, Campinas não cumpre:
 - 25% de leitos de UTI livres. A Média da taxa de ocupação de leitos de UTI para adultos com Covid-19 tem estado acima de 90% no último mês²;

1

https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/contribuicoes_para_o_retorno_escolar_28_fev2021.pdf

² Fonte: Boletim de 09/04/2021, em <https://covid-19.campinas.sp.gov.br/bolem-epidemiologico>

- A taxa de contágio máxima aceitável é de 0.5%, mas hoje ela se apresenta em 0.96%³;
 - Redução de 20% do número de óbitos na última semana epidemiológica⁴;
 - Testagem: não há dados disponíveis para este critério;
 - Quanto às adaptações dos espaços escolares para receber as crianças, na Educação Infantil (indicador n. 2), reconhecemos os esforços realizados, porém, são controversas e muitas vezes incompletas: as informações e orientações sobre trato e efetividade com essas mudanças, a qualidade e atualização científica dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) distribuídos às escolas, as possibilidades reais de socialização, nesse contexto pandêmico, entre estudantes e entre esses e os educadores. Entre esses últimos, note-se, há crianças de quatro meses a quase três anos - que não constavam no horizonte até aqui esboçado de um eventual retorno;
3. As filas de espera para leitos de UTI seguem numa média de 50 pessoas;
 4. O noticiado surgimento de novas variantes ainda mais contagiosas do que o vírus original, faz esse quadro se tornar ainda mais temeroso, na medida em que aponta para um alto risco de contaminação de integrantes da comunidade escolar, de suas famílias e de outras pessoas da comunidade campineira;
 5. Estudos sobre os casos de Covid-19 nas escolas estaduais paulistas, realizados pela Rede Escola Pública e Universidade (Repu) apontam que professores (as) em docência presencial têm 3 vezes mais risco de contrair a doença do que a incidência na população em geral, na mesma faixa etária⁵;
 6. Num universo de 1.213.792 pessoas, população da cidade, foram vacinadas 244.231 pessoas, o que representa apenas 11,6% em primeira dose e 5,7% em segunda dose⁶. Quando focamos na faixa etária de 0 a 60 anos, população que frequenta as escolas, a porcentagem vacinada passa a 5% em primeira dose e 2,2% em segunda dose. O que significa que a imunização é baixíssima e não garante segurança para a comunidade escolar;
 7. Se todas as recomendações de órgãos que regulam o controle à pandemia orientam distanciamento social, evitar locais fechados e diminuição da circulação e no próprio site do ministério da saúde há as mesmas orientações, nos parece um tanto contraditório que as aulas presenciais sejam indicadas pela SME Campinas;
 8. Além de todos os riscos epidemiológicos já mencionados, é fundamental considerar que a abertura irresponsável das escolas coloca em risco toda a comunidade escolar, pois grande parte das crianças, professores e funcionários dependem de transporte coletivo para o trajeto de casa para as

³ <https://datastudio.google.com/u/0/reporting/5b72d54e-a0c2-4748-acf0-9688f42278aa/page/iLbb>

⁴ mesma fonte

⁵ <https://www.repu.com.br/notas-tecnicas>

⁶ <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/campinas/panorama>

escolas⁷. E por fim, não está claro se haverá implantação de estratégias de testagem periódica e identificação de contactantes, fundamentais para evitar a disseminação desenfreada do vírus.

Diante desses elementos e da contextualização epidemiológica que constatamos, em prol de um retorno seguro para alunos, educadores e outros cidadãos integrantes das comunidades escolares da SME de Campinas e, também, em prol da segurança da população em geral, uma vez que atividades presenciais nas escolas suscitam aumento de circulação de pessoas e de contatos pela cidade como um todo, com arrefecimento do distanciamento social necessário, reivindicamos:

- 1- Que as atividades presenciais nas escolas retornem apenas quando as referências acima citadas forem atendidas junto ao contexto epidemiológico na cidade de Campinas;
- 2- Que o senhor atue na busca de que se estabeleçam relações de verdadeira cooperação entre as secretarias do município e entre elas e os outros entes do poder público, sem que nenhum deles se posicione como juiz ou algoz do outro, o que provoca um clima de insegurança institucional que não beneficia em nada o andamento do trabalho, ao contrário, já que necessitamos acima de tudo é de unirmos nossos esforços em benefício da sociedade campineira.

E que em qualquer período da pandemia em que ocorra o retorno às atividades escolares presenciais, a fim de evitar agravamentos do contexto epidemiológico, devido aos contatos que as relações escolares solicitam:

- 3- Nenhum profissional integrante das comunidades escolares retorne às atividades presenciais nas U.Es e em outras dependências da SME sem que a primeira e segunda doses da vacinação tenham ocorrido, respeitando-se inclusive o período de duas semanas após a segunda dose para que, como explicam cientificamente os profissionais da saúde, todos possam ter alcançado um nível satisfatório de imunidade. Isso, conjuntamente com os protocolos de proteção sanitária, evitará surtos nas escolas, casos graves de Covid-19, diminuirá a incidência de novas cepas cada vez mais contagiosas e o contágio de e por alunos que, embora raramente desenvolvam sintomas, podem contribuir para espalhar o vírus; Isso implica também em consideração e verdade incorporadas à própria notificação do governo do estado de SP de que o retorno seguro às aulas está imbricado com a vacinação dos profissionais educadores: se a vacinação de todos, com respeito também ao tempo de efetividade da segunda dose, não ocorrerem, essa informação deixa de ser verídica. Cada integrante das comunidades escolares precisa retornar conforme a vacinação se efetive por completo. E o atendimento a cada grupo de alunos precisa acontecer, até atingir a porcentagem indicada, que hoje é de 35% para presença semanal com cada turma, conforme o número de profissionais vacinados possibilite e justifique o atendimento possível;

⁷ https://covid19br.github.io/notas/Carta_aberta_2021-03-09.pdf

- 4- A SME de Campinas produza e compartilhe uma carta aberta à população campineira, conscientizando-a sobre os ganhos e os maiores riscos de contaminação assumidos, para todos os cidadãos, com o retorno às atividades escolares presenciais num contexto pandêmico. As famílias das crianças e dos adolescentes em idade escolar precisam discernir, diante dos riscos, sobre encaminharem ou não os alunos às escolas, bem como a comunidade campineira como um todo precisa saber sobre os ainda maiores cuidados sanitários necessários com o aumento de perigo de contágio, devido à grande circulação de pessoas pela cidade quando há atividades presenciais nas escolas;
- 5- A PMC, via SME, estabeleça uma política intersetorial, solicitando ao Departamento de Vigilância Sanitária (DEVISA) atualizações, reorientações e novas orientações a partir dos conhecimentos científicos avançados desde o mês de outubro de 2020, quando foram compartilhados documentos e orientações pautados em conhecimentos disponíveis naquele momento. Hoje sabe-se mais sobre a atividade desse vírus em superfícies, sobre tipos e possibilidades de máscaras em diversas situações, sobre as principais formas de contágio, sobre o perigo da disseminação de novas cepas etc;
- 6- Nenhuma escola retorne a atividades presenciais sem que as adequações à ventilação necessária e à possibilidade de sombra e abrigo da chuva nos espaços externos tenha ocorrido em totalidade, bem como outras adequações prédio/espaciais necessárias;
- 7- A PMC, via SME, invista financeira e cientificamente em formas de proteção atualizadas, como as máscaras pff2;
- 8- Também numa elaboração intersetorial, é necessário que as Secretarias de Educação e de Saúde aproximem conhecimentos de ambas as áreas, para que algum ou alguns profissionais da Saúde participem conosco, profissionais da Educação, no estruturar de pensamentos e materiais que subsidiem as comunidades escolares em aspectos que a Educação não pode resolver sem conexões com conhecimentos próprios a essa outra área. No que se refere à Educação Infantil é preciso pautar conjuntamente muitos elementos do cotidiano: colo, higiene das mãos, uso dos sanitários, trato com pertences das crianças trazidos de casa, chupetas, individualização de materiais da/na escola, limpeza e desinfecção de todo tipo de brinquedos, troca de fraldas, máscaras adequadas a diferentes momentos e ações dos profissionais da Educação, uso de máscaras por bebês e outras crianças, aprendizagens necessárias aos cuidadores vinculados à Educação Especial, medição de temperatura, cuidados em transporte coletivo e outros.

Respeitosamente

Coordenador@s Pedagógic@s

Educação infantil e Ensino Fundamental da SME/Campinas